

Economia Global e Gestão

Global Economics
and Management Review



Semestral • Vol. IV • 1/99

*Prestação de Serviços às Empresas • Portugal entre dois Impérios •
A China face à Economia Global: Acesso à OMC, Joint Ventures, SEZ •
I. Wallerstein Doutor Honoris Causa ISCTE*

NELSON SANTOS ANTÓNIO
LUÍS TODO BOM
J. FERREIRA DIAS
J. GONÇALVES DIAS
MANUEL ALBERTO MARTINS FERREIRA
J. CRUZ FILIPE
MANUEL MIRA GODINHO
ARNALDO GONÇALVES
LANCY MAC VAI IUN
ZHANG LIJUN
RICARDO PAIS MAMEDE
PEDRO MATIAS
JOÃO MENEZES
MÁRIO MURTEIRA
BERNARDETE OZORIO
MIRIAM HALPERN PEREIRA
VITOR ROLDÃO
IMMANUEL WALLERSTEIN
WANG XUELI

Edição da
AEDG / ISCTE

O Programa ALFA – um instrumento de cooperação entre instituições de ensino superior europeias e latino-americanas*

O programa ALFA é um programa de cooperação entre instituições de ensino superior europeias e latino-americanas.

Neste artigo, depois de procedermos ao enquadramento do programa ALFA na política de cooperação da União Europeia com a América Latina (ponto 1.), analisamos os resultados das sete convocatórias que integram a primeira fase, já terminada, do programa (ponto 2.), destacamos a participação de instituições de ensino superior portuguesas nessas convocatórias (ponto 3.) e, nas conclusões (ponto 4.), depois de expormos as grandes linhas de avaliação do programa, tecemos algumas considerações sobre a sua evolução no futuro.

I. O PROGRAMA ALFA NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA COM A AMÉRICA LATINA⁽¹⁾.

I.1. No início dos anos 90, depois de um período em que a cooperação da Europa comunitária com a América Latina concedeu uma elevada prioridade à cooperação política destinada a apoiar os processos de democratização em curso na grande maioria dos países latino-americanos, as instâncias comunitárias (Conselho, Parlamento, Comissão) reconheceram ser urgente reorientar os objectivos da sua política de cooperação com a região.

Sem prejudicar os contributos dirigidos à consolidação da democracia nos diversos países latino-americanos, com destaque para as acções de cooperação institucional visando o apoio à integração regional, à modernização das instituições e administrações públicas e à defesa dos Direitos do Homem, foi decidido apoiar de uma maneira mais significativa os processos de abertura e reconversão económica e contribuir mais efectivamente para atenuar os pro-

* O autor agradece à Direcção-Geral IB (América Latina) da Comissão Europeia e ao BAT/CEEETA, entidade que, em nome da Comissão, administra o programa ALFA, o apoio concedido para a elaboração deste artigo. Eventuais erros e omissões são da exclusiva responsabilidade do autor.

- promover o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo aumento dos intercâmbios internacionais associados à mobilidade e à interacção crescentes de agentes qualificados, tecnologias e conhecimentos técnicos oriundos das regiões mais desenvolvidas.

1.2. Para evitar a dispersão e, ao mesmo tempo, sistematizar as intervenções comunitárias nos diferentes sectores da cooperação económica, assegurando, simultaneamente, uma maior visibilidade europeia, os serviços da Comissão têm procurado, sempre que possível, executar as políticas de cooperação no quadro de programas horizontais plurianuais.

Há programas horizontais que financiam projectos a desenvolver nos PVD em geral, independentemente das regiões a que pertencem: é o caso, exemplar, do programa INCO-DC da DG XII para a área da investigação científica e tecnológica e de alguns programas na área do ambiente e do fomento do investimento.

Outros programas horizontais são especialmente desenhados para beneficiar projectos a desenvolver em regiões específicas. Por exemplo, ao abrigo do Regulamento 443/92, a Comissão Europeia preparou e o Comité PVD-ALA aprovou vários programas horizontais plurianuais exclusivamente vocacionados para financiar projectos conjuntos euro-latino-americanos, nos mais diversos domínios: é o caso do programa AL-INVEST destinado a apoiar actividades conjuntas, euro-latino-americanas, no domínio empresarial; do programa ALURE que apoia projectos conjuntos, euro-latino-americanos, no domínio da utilização racional da energia; do programa URBAL que apoia projectos conjuntos, euro-latino-americanos, no domínio do desenvolvimento urbano; e do programa ALFA que apoia projectos conjuntos de cooperação entre instituições do ensino superior da Europa e da América Latina.

Todos estes programas apoiam projectos propostos conjuntamente por redes de instituições euro-latino-americanas (empresas, autarquias, universidades,...) na simples condição de que se adequem aos objectivos da melhoria e consolidação de contextos económicos, sociais e culturais favoráveis, directa ou indirectamente, ao investimento e à promoção e intensificação dos intercâmbios entre os agentes e as instituições intervenientes.

1.3. Com o objectivo de promover e reforçar a cooperação no domínio do ensino superior entre a Comunidade Europeia e a América Latina por forma a contribuir para superar as deficiências, as desigualdades e os desequilíbrios entre os países das duas regiões, em 1994 o Comité PVD-ALA aprovou um programa de intercâmbios universitários a que foi dado o nome de ALFA: América Latina – Formação Académica.

blemas de natureza social provocados pela crise dos anos 80 e agravados pelos sucessivos processos de ajustamento estrutural a que grande número de países latino-americanos tiveram que submeter-se naquele período.

Em 1990, a pedido do Conselho e do Parlamento, a Comissão Europeia elaborou uma proposta de *Novas orientações para a cooperação com os países em vias de desenvolvimento da América Latina e da Ásia (PVD-ALA)* onde se estabelecia uma nova agenda para as relações de cooperação da Comunidade Europeia com os países das duas regiões.

Esta proposta recomendava a adopção de políticas de cooperação que privilegiassem acções de apoio ao desenvolvimento económico sustentado, num quadro de estabilidade macroeconómica (de algum modo iniciada com os processos de ajustamento estrutural), de eficiência produtiva e de equidade social.

Em 1992, na sequência de um processo de concertação com o Parlamento, o Conselho adoptou o *Regulamento n.º 443/92 relativo à ajuda financeira e técnica e à cooperação económica com os países em vias de desenvolvimento da América Latina e da Ásia (PVD-ALA)* que, no essencial, assumia as propostas da Comissão integradas nas *Novas orientações (...)*.

Enquadrada por estes dois documentos, a política de cooperação da Comunidade Europeia com os PVD-ALA passou, desde então, a distinguir claramente as acções de cooperação financeira e técnica e as acções de cooperação económica de interesse mútuo.

A cooperação financeira e técnica, equivalente ao que se convencionou chamar ajuda pública ao desenvolvimento, propunha-se reforçar o apoio concedido aos países mais pobres e aos sectores sociais mais vulneráveis dos países de rendimento médio. Elegeu como prioridades o desenvolvimento do sector rural, a segurança alimentar, a protecção do meio ambiente e dos recursos naturais e, de um modo geral, o apoio aos sectores em que a mobilização de recursos nacionais numa perspectiva de desenvolvimento sustentado, fosse considerada problemática.

A cooperação económica de interesse mútuo assumiu uma vocação de apoio aos países de rendimento médio empenhados em processos de industrialização e modernização cuja concretização apela a uma cooperação mais qualificada e a recursos mais substanciais. A este tipo de cooperação foram atribuídos dois grandes objectivos:

- contribuir para a melhoria e a consolidação de contextos económicos, sociais e culturais favoráveis ao investimento, através do reforço do apoio institucional, do apoio à integração regional, do apoio às empresas e do apoio à melhoria do potencial científico e tecnológico dos PVD-ALA;

Na origem desta decisão esteve presente a convicção generalizada de que o ensino em geral e o ensino superior, em particular, são sectores estratégicos dos processos de desenvolvimento económico e social sustentados.

A experiência da Comunidade Europeia no domínio da cooperação interuniversitária na Europa e a experiência positiva alcançada na América Latina com o projecto CRE-Columbus que, aliás, serviu de base à identificação do programa ALFA, foram igualmente determinantes da criação do programa ALFA⁽²⁾.

Os principais objectivos fixados para o programa ALFA, foram os seguintes:

- fomentar a cooperação entre instituições de ensino superior da Europa e da América Latina, de modo a contribuir para a eliminação das deficiências e para a superação das desigualdades e dos desequilíbrios entre os países de outras regiões, através da melhoria do potencial científico, académico e tecnológico da América Latina;
- promover programas de cooperação através de redes de instituições de ensino superior da Europa e da América Latina, para a realização de actividades académicas conjuntas, de mobilidade de pós-graduados e de estudantes universitários, bem como de outras actividades que contribuam para a integração regional dos países latino-americanos e para o reforço do respectivo intercâmbio⁽³⁾.

Para assegurar a realização destes objectivos o programa ALFA foi dividido em dois subprogramas: o subprograma A e o subprograma B⁽⁴⁾.

O subprograma A, destinado à cooperação em gestão institucional, incluía as seguintes actividades:

A1. Gestão académica e administrativa; reconhecimento académico de graus, títulos e diplomas; melhoria, adaptação e harmonização de *currícula*; inovação e sistematização da tarefa educativa; e avaliação institucional.

A2. Cooperação entre instituições de ensino superior e empresas⁽⁵⁾.

O subprograma B, destinado à cooperação para a formação científica e tecnológica, incluía as seguintes actividades:

B1. Actividades preparatórias da mobilidade de pós-graduados e estudantes;

B2. Concepção e elaboração de projectos conjuntos de investigação;

B3. Mobilidade para a formação avançada de pós-graduados (doutoramento, mestrado e especialização profissional);

B4. Mobilidade para a formação complementar de estudantes dos dois últimos anos de formaturas superiores⁽⁶⁾.

O programa ALFA visava uma ampla participação entre as instituições de ensino superior europeias e latino-americanas. Por este motivo e a fim de facilitar a criação de redes de universidades que pudessem apresentar propostas num curto período de tempo, nas primeiras convocatórias foi permitida a apresentação de pré-projectos nas actividades A1, A2, B1 e B2⁽⁷⁾.

No âmbito dos objectivos que lhe foram atribuídos, esperava-se, no essencial, que o programa ALFA contribuísse para aumentar o nível de preparação académica e de formação nos países latino-americanos; formar interlocutores privilegiados nas relações entre estes países e a, então, Comunidade Europeia; aumentar a capacidade de resposta das instituições de ensino superior aos desafios das mudanças económicas e sociais em curso nas respectivas regiões e na relação entre elas; favorecer o entendimento recíproco entre as duas regiões.

1.4. O financiamento do programa ALFA evoluiu do seguinte modo (em milhões de ecu):

Rubricas	Estimativas (1994)	Reforço (1996)	Execução (1998)
Financiamento da Comissão	26	32,5	32,2
Co-financiamento das redes	8	10	21,6
Assistência técnica	4	4	4
Imprevistos	2	2	2
Totais	40	48,5	59,8

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Segundo as primeiras estimativas da Comissão, o custo total do programa ascendia a 40 milhões de ecu: 26 destinavam-se ao financiamento de projectos a cargo da Comissão; 8 representavam o co-financiamento de projectos exigido às redes; 4 destinavam-se a pagar a assistência técnica ao programa; 2 representavam uma reserva para a cobertura de imprevistos.

Para fazer face ao elevado número de candidaturas ao programa, a Comissão resolveu, posteriormente, proceder a um reforço do seu contributo o que, adicionado ao aumento automático do contributo das redes, elevou o custo total do programa para 48,5 milhões de ecu.

Os dados relativos à execução do programa permitem-nos afirmar que o custo total final do programa terá ficado muito próximo dos 60 milhões de ecu: 32,2 constituem financiamentos da Comissão; 21,6 representam co-financiamentos a cargo das redes e entidades terceiras; as verbas da assistência técnica e dos imprevistos mantiveram-se inalteradas.

Pelo que nos é dado observar, o esforço da Comissão no sentido de responder ao acréscimo de financiamento exigido pelo elevado número de projectos aprovados, foi acompanhado por um esforço de co-financiamento por parte das redes e de entidades terceiras muito superior ao exigido, o que, mesmo descontando as imputações de custos, é digno de registo.

2. BREVE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA ALFA

2.1. O programa ALFA foi amplamente difundido, tanto na Europa como na América Latina.

Uma boa parte dessa difusão foi feita através dos Gabinetes da Comissão nos Estados-membros e das Delegações da Comissão nos países latino-americanos.

Várias missões, integrando funcionários da Comissão e especialistas em cooperação universitária, foram organizadas, antes e depois do lançamento do programa, com o objectivo de publicitar e explicar o programa.

Antes de cada convocatória, foram publicados numerosos anúncios na imprensa qualificada dos países participantes no programa.

Segundo estimativas da Comissão, 1586 instituições de ensino superior, 812 europeias e 774 latino-americanas, contactaram directamente o BAT/CEEETA (o organismo encarregado da gestão administrativa do programa) e/ou a Comissão e receberam informação e esclarecimentos sobre o programa.

2.2. Na primeira fase do programa ALFA, durante a qual foram lançadas sete convocatórias para a apresentação de projectos, terão estado activas 1247 instituições de ensino superior distintas, sendo 727 europeias e 520 latino-americanas⁽⁸⁾ (Quadro 2.1).

Os países que tiveram maior número de instituições em actividade no programa foram a França, o Brasil, a Alemanha, o Reino Unido, o México e a Espanha (Quadro 2.1).

Nos projectos aprovados estiveram activas 903 instituições distintas, 530 europeias e 373 latino-americanas o que significa que um elevado número de instituições viu-se excluída do programa por força do processo de avaliação (Quadro 2.1).

As instituições francesas continuaram a ser em maior número do que as demais, logo seguidas das brasileiras, das inglesas, das alemãs, das espanholas e das mexicanas (Quadro 2.1).

Acontece que o número de instituições distintas que participam no programa não é, só por si, um indicador fiável de participação das instituições no

programa: há países com muitas instituições activas que têm um nível de participação relativamente modesto; há países com poucas instituições que detêm níveis de participação relativamente elevados.

É, aliás, o que se deduz da leitura conjunta dos Quadros 2.2 e 2.1.

No conjunto dos projectos apresentados, a média de participações das instituições latino-americanas é de mais de 22 por instituição, enquanto a média de participações das instituições europeias é de cerca de 17 (Quadros 2.2 e 2.1).

No conjunto dos projectos aprovados o nível de participações por instituição cai drasticamente⁽⁹⁾ mas, ainda assim, as instituições latino-americanas participam mais do que as europeias, isto apesar de o regulamento do programa obrigar a uma participação de, pelo menos, instituições de três países europeus e dois latino-americanos⁽¹⁰⁾.

Do lado das instituições europeias, com níveis de participação superiores à média encontramos apenas a Espanha, Portugal e, em menor medida, a Itália e a Bélgica (Quadros 2.2 e 2.1).

Quanto às instituições latino-americanas, para além da situação ímpar das instituições uruguaias que detêm a maior média de participações por instituição de todo o programa, acima da média encontramos apenas a Costa Rica, a Argentina e a Venezuela (Quadros 2.2 e 2.1).

Tais dados, que revelam diferentes níveis de dinamismo e de empenhamento das instituições dos vários países no programa, sugerem, igualmente, que uma maior difusão do programa *dentro* das instituições, pode elevar fortemente o seu nível de participação. Mas esse é um problema das instituições, sobretudo dos seus departamentos de relações internacionais: o que não foi feito por estes departamentos no domínio da difusão interna da informação, não pode ser feito por nenhum outro método. E não adianta pensar que as tecnologias da informação resolvem tudo.

2.3. As 1247 instituições de ensino superior que participaram na primeira fase do programa ALFA, organizaram 1434 redes de instituições⁽¹¹⁾ que, no conjunto das sete convocatórias lançadas durante a primeira fase do programa, apresentaram 2918 projectos: 2076 destes projectos não foram aprovados; 842 foram aprovados⁽¹²⁾.

A distribuição destes projectos segundo a sua natureza (pré-projecto/projecto) e segundo o seu tipo (subprograma A/ subprograma B) é a seguinte:

Projectos	PP A1	PA1	PP A2	PA2	PP B1	PB1	PP B2	PB2	PB3	PB4	Totais
Apresentados	149	428	52	171	219	627	268	676	284	44	2918
Aprovados	37	101	16	29	80	177	96	149	129	28	842

Em qualquer um dos conjuntos (apresentados/aprovados), cerca de um quarto dos projectos são os pré-projectos mencionados no ponto 1.3. Trata-se de pequenos projectos de valor não superior a 5000 ecu, destinados a apoiar os primeiros contactos entre instituições com vista à formação de redes ou à preparação de actividades a desenvolver em momentos posteriores.

São particularmente frequentes nas actividades de concepção de projectos conjuntos de investigação (PPB2), preparação da mobilidade de pós-graduados e estudantes (PPB1) e cooperação institucional (PPA1).

Os projectos propriamente ditos, na sua grande maioria, têm por objectivo actividades relacionadas com a mobilidade de pós-graduados e estudantes (PB1+PB3+PB4)⁽¹³⁾.

Os que têm por objectivo a concepção de projectos conjuntos de investigação (PB2) e a cooperação institucional são, também, bastante frequentes, o que não é o caso dos projectos de cooperação universidade-empresa (PA2) para quem o processo de avaliação parece ter sido desfavorável.

Os 842 pré-projectos e projectos aprovados beneficiaram de financiamentos no valor de 53 888 903 ecu, assim distribuídos:

Tipos de Projectos	Financiamento CE	Co-financiamento Redes	Totais
A1	4 931 243	4 125 800	9 057 043
A2	1 158 680	754 441	1 913 121
B1	4 364 879	5 379 714	9 744 593
B2	3 244 795	1 740 266	4 985 061
B3	16 411 723	8 853 544	25 265 267
B4	2 104 056	819 762	2 923 818
Totais	32 215 376	21 673 527	53 888 903

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Estes números permitem-nos concluir que a primeira fase do programa ALFA se caracterizou pela predominância de actividades visando a mobilidade. Com efeito:

- o financiamento das actividades relacionadas com a mobilidade (B1+B3+b4) representa cerca de 70% do financiamento total;
- a mobilidade de pós-graduados (B3) consome quase metade dos financiamentos totais e mais de metade do financiamento a cargo da Comissão;
- as actividades preparatórias de mobilidade (B1) constituem a segunda maior rubrica dos financiamentos o que confirma a importância que lhes foi atribuída tanto pela Comissão como, sobretudo, pelas redes;

- a mobilidade de estudantes não atingiu valores significativos, e parece não ter sido objecto de acolhimento entusiástico por parte das redes;

Os subprogramas de cooperação institucional (A1+A2), representam cerca de 20% dos financiamentos do programa ALFA. Os projectos sobre a melhoria estrutural do ensino (A1) são, contudo, os mais apoiados. Os projectos de cooperação universidade-empresa são os menos apoiados de todo o programa.

Os projectos que tinham por objectivo a concepção de projectos conjuntos de investigação (B2), representam cerca de 9% dos financiamentos totais. Ninguém espera, contudo, que as actividades desenvolvidas no seu âmbito venham a produzir actividades significativas, sobretudo devido à falta de instrumentos capazes de produzir sinergias entre o desenho dos projectos e a investigação propriamente dita.

2.4. A presença de instituições de ensino superior dos diferentes países europeus e latino-americanos em projectos do programa ALFA e a natureza dessa presença, constituem outros tantos enfoques que ajudam a perceber a importância relativa que é concedida pelos países à cooperação universitária entre as duas regiões.

Na maior parte dos casos, na origem da importância significativa que certos países concedem à cooperação universitária (e a outros tipos de cooperação), estão os vínculos históricos, linguísticos e culturais criados ao longo dos séculos, entre os países, as instituições e as pessoas. Em muitos casos, esses vínculos são complementados por estratégias e políticas de cooperação que facilitam a capacidade de intervenção das instituições no terreno. Noutros casos a cooperação é motivada por razões avulsas, não raras vezes ligadas a interesses sectoriais não enquadrados politicamente.

Porque beneficiam de profundos vínculos de natureza histórica, linguística e cultural e de uma política de cooperação com a América Latina assaz empenhada, as instituições de ensino superior espanholas são, de longe, as que figuram em maior número de projectos do programa ALFA. Com efeito, elas estão presentes em 2329 dos 2918 projectos apresentados durante a primeira fase do programa, e em 387 dos 842 projectos que foram aprovados (Quadro 2.3).

Com um nível de presenças muito mais baixo, da ordem dos 50%, encontramos as instituições argentinas, as brasileiras e as francesas (Quadro 2.3).

Seguem-se-lhes as instituições chilenas, portuguesas, italianas, mexicanas e inglesas. Neste grupo, aliás, as inglesas dispõem do maior número de presenças (Quadro 2.3).

Há ainda um outro grupo de países (Colômbia, Alemanha, Bélgica, Peru, Venezuela e Holanda) que detêm níveis de presença interessantes.

Os restantes países detêm níveis de presença que em termos absolutos são modestos, embora, em alguns casos, por diferentes razões, possam ser considerados interessantes: é o caso de Cuba e do Uruguai cujas dimensões em termos institucionais não fariam supor uma presença tão significativa; e o caso da Suécia, da Áustria e da Finlândia que, tendo entrado a meio do programa, ainda assim conseguiram uma presença interessante (Quadro 2.3).

Quando tentamos avaliar o significado das presenças das instituições nos projectos, nomeadamente através da consideração do número de coordenações a cargo das instituições, o panorama anterior, onde era possível descortinar um equilíbrio relativo entre instituições europeias e latino-americanas, muda por completo: as instituições europeias coordenam mais de 78% dos projectos apresentados e mais de 82% dos projectos aprovados (Quadro 2.4).

No conjunto dos projectos apresentados as instituições espanholas coordenam, só por si, mais de 41% dos projectos, o que representa quase tanto como as coordenações a cargo de instituições francesas, italianas, inglesas, portuguesas e belgas todas juntas e muito mais do que a totalidade das coordenações a cargo de instituições latino-americanas (Quadro 2.4).

No conjunto dos projectos aprovados o predomínio das instituições europeias é ainda maior já que as instituições latino-americanas apenas coordenam cerca de 22% dos projectos (Quadro 2.4).

As instituições espanholas, só por si, coordenam 30% dos projectos aprovados. As instituições francesas, italianas, inglesas e portuguesas coordenam, no seu conjunto, cerca de 34% dos projectos aprovados. Os restantes 36% dos projectos são coordenados por instituições de uma grande variedade de países. De notar que, salvo os casos das instituições argentinas, chilenas e mexicanas, as coordenações a cargo de instituições de outros países são modestas, sobretudo no caso do Brasil. A Costa Rica detém um número de coordenações inesperadamente elevado (Quadro 2.4).

Reflectindo o dinamismo das universidades europeias face às suas congéneres latino-americanas, para coordenar projectos-Alfa, os projectos coordenados por universidades europeias receberam financiamentos da Comissão no valor de 27 043 962 ecu.

A distribuição desta verba pelos vários países europeus foi a seguinte (entre parêntesis o número dos correspondentes projectos aprovados e coordenados por instituições dos respectivos países):

Espanha	9 251 192	(253)
Itália	3 675 254	(81)
Reino Unido	3 553 886	(70)
França	2 920 435	(85)
Alemanha	1 722 340	(40)
Portugal	1 571 369	(52)
Holanda	1 539 513	(27)
Bélgica	1 328 844	(37)
Finlândia	780 298	(19)
Suécia	253 200	(12)
Áustria	232 626	(10)
Dinamarca	130 005	(2)
Grécia	85 000	(4)
Irlanda	—	(—)
Luxemburgo	—	(—)

Fonte: CE/DGIB - América Latina.

Os projectos coordenados por universidades latino-americanas receberam financiamentos da Comissão no valor de 5 171 413 EC assim distribuídos pelos vários países (entre parêntesis o número dos correspondentes projectos aprovados):

Chile	1 351 519	(28)
Brasil	732 746	(19)
Argentina	720 556	(28)
México	603 644	(27)
Costa Rica	550 924	(13)
Peru	266 303	(4)
Venezuela	260 519	(8)
Colômbia	190 950	(5)
Nicarágua	125 589	(2)
El Salvador	95 000	(2)
Panamá	79 000	(1)
Cuba	67 713	(2)
Bolívia	50 000	(1)
Equador	33 400	(4)
Guatemala	25 000	(2)
Uruguay	18 550	(4)
Honduras	—	(—)
Paraguay	—	(—)

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Com base nestes números verifica-se que cerca de 84% dos financiamentos do programa Alfa com origem na Comissão são geridos por universidades europeias e 16% são geridos por universidades latino-americanas.

Este é um tema do programa Alfa onde existe, à partida, um largo campo para a introdução de melhorias que levem a que um maior número de universidades latino-americanas apareçam na qualidade de coordenadores de projectos.

O dinamismo de alguns países é incontornável, e é perfeitamente justificado, como é o caso da Espanha na Europa e do Chile na América Latina.

A ausência de participação mais significativa ao nível da coordenação de projectos por parte de alguns grandes países da América Latina (Brasil, Argentina, México) é motivo de reflexão, de preferência como contraponto dos exemplos de pequenos países tais como a Finlândia e a Costa Rica, cujos sucessos relativos são de assinalar.

3. A PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS NA PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA ALFA

3.1. Foram 46 as instituições de ensino superior portuguesas que estiveram activas na primeira fase do programa ALFA.

Estas instituições participaram 1162 vezes nos projectos apresentados às sete convocatórias realizadas nesta fase, o que lhes confere um nível médio de participações da ordem das 25,3 que é substancialmente superior ao nível médio geral de participações do programa, que é da ordem dos 18,6 (Quadros 2.1, 2.2 e 2.3).

A maior parte destas participações (827), ocorreu em projectos que não foram aprovados. As restantes (335) verificaram-se em projectos aprovados (Quadro 3.1).

A esmagadora maioria de participações portuguesas (1007), são participações simples onde as instituições não assumem responsabilidades de coordenação. A maior parte destas participações simples (724) situa-se nos projectos não aprovados. Nos projectos aprovados atinge as 283 (Quadro 3.1).

O número de coordenações⁽¹⁴⁾ a cargo de instituições portuguesas é interessante: 155 no total, das quais 103 em projectos não aprovados e 52 em projectos aprovados. Estes números evidenciam um desempenho ligeiramente superior à média do programa no caso dos projectos apresentados e significativamente superior à média no caso dos projectos aprovados.

De um modo geral, a presença das instituições portuguesas faz-se sentir mais fortemente nos projectos de actividades preparatórias da mobilidade de pós-graduados e estudantes (B1) e nos projectos de concepção de projectos conjuntos de investigação (B2). É igualmente relevante em projectos de cooperação institucional (A1), de mobilidade de pós-graduados (B3) e de cooperação universidade-empresa (A2) (Quadro 3.1).

Pode, assim, dizer-se que as instituições de ensino superior portuguesas investiram relativamente bem no núcleo do programa constituído pelas actividades associadas à mobilidade de pós-graduados e estudantes (B1+B3+B4) e posicionaram-se razoavelmente no domínio da cooperação institucional (A1+A2). A posição alcançada nos projectos de apoio à concepção de projectos conjuntos de investigação, sendo relevante, tem pouca importância estratégica e, sobretudo, não tem continuidade no seio do programa.

Dos 52 projectos aprovados e coordenados por instituições portuguesas, 38 pertencem ao subprograma B (B1+B2+B3+B4); 25 às ciências económicas e sociais; e 13 às engenharias. No domínio da medicina e das outras ciências da saúde, não há projectos aprovados e coordenados por instituições portuguesas (Quadro 3.2).

Os restantes 14 projectos são da área da cooperação institucional: 6 apoiam actividades de reestruturação das instituições de ensino superior; 3 dedi-

cam-se à melhoria, adaptação e harmonização de *currícula*; 3 apoiam a cooperação universidade-empresa; 1 visa a melhoria de serviços de apoio à docência e à investigação; e um outro é sobre avaliação institucional. As instituições portuguesas não coordenam projectos aprovados sobre reconhecimento académico de graus, títulos, diplomas nem sobre inovação e sistematização do ensino (Quadro 3.2).

3.2. Como vimos no Quadro 3.1., as instituições de ensino superior portuguesas participam 335 vezes em projectos aprovados: 283 vezes na qualidade de simples participantes e 52 na qualidade de coordenadoras.

Nas 283 participações simples, destacam-se a Universidade Técnica de Lisboa (onde o Instituto Superior Técnico ocupa lugar de relevo) a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto, a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa que, em conjunto, detêm cerca de dois terços das participações (Quadro 3.3).

As instituições mais jovens, como é o caso das Universidades do Minho, Algarve, Trás-os-Montes e Alto Douro e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, evidenciam potencialidades de cooperação internacional assinaláveis (Quadro 3.3).

O mesmo não se pode dizer das outras instituições de ensino superior públicas e privadas referenciadas que, pelo menos no caso do programa ALFA, têm uma participação pouco mais do que simbólica (Quadro 3.3).

Mais de metade dos 52 projectos aprovados onde a coordenação é portuguesa, são coordenados pelas Universidades do Porto, de Coimbra e do Minho. Os restantes são coordenados pela Universidade Técnica de Lisboa, pela Universidade Nova de Lisboa, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pela Universidade de Aveiro, pela Universidade de Lisboa, pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, pelo Instituto Politécnico do Porto, pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e pela Universidade do Algarve (Quadro 3.3).

Acontece que os 52 projectos aprovados e coordenados pelas instituições portuguesas não têm todos a mesma importância: 22 dos 52 projectos aprovados e coordenados por instituições portuguesas são pré-projectos: 6 de cooperação institucional; 1 de cooperação com as empresas; 8 de actividades preparatórias da mobilidade; 7 de concepção de projectos de investigação (Quadro 3.4).

Descontados os pré-projectos, verifica-se que a Universidade do Porto é a instituição que coordena maior número de projectos (10), 4 dos quais são projectos de mobilidade de pós-graduados nos domínios das engenharias (2) e das ciências económicas e sociais (2) (Quadro 3.4).

Segue-se-lhe a Universidade de Coimbra com 4 projectos, 3 dos quais são projectos de apoio à concepção de projectos de investigação no domínio das

ciências económicas e sociais e um é um projecto de mobilidade de estudantes de engenharia (Quadro 3.4).

Com três projectos coordenados encontramos o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, a Universidade de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa (Quadro 3.4).

Com dois projectos temos a Universidade Portucalense Infante D. Henrique que coordena um projecto de mobilidade de estudantes em ciências económicas e sociais (Quadro 3.4).

Coordenando um projecto temos o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade do Minho (Quadro 3.4).

O Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, a Universidade de Aveiro e a Universidade do Algarve não coordenam nenhum projecto (Quadro 3.4).

3.3. Tudo somado, é possível concluir que as instituições de ensino superior portuguesas desenvolveram uma importante actividade na primeira fase do programa ALFA.

Os resultados dessa actividade são, contudo, algo discretos:

- A esmagadora maioria das participações ocorre em projectos que não foram aprovados;
- A proporção de participações que implicam a coordenação de projectos é reduzida;
- Apenas 30 projectos, 14 dos quais liderados pela Universidade do Porto, são projectos substantivos de cooperação;
- Só 5 destes projectos, 4 dos quais liderados pela Universidade do Porto, têm por objectivo a mobilidade de pós-graduados, que é o objectivo central do programa ALFA.

Apesar de tudo isto, as instituições de ensino superior portuguesas lideram 52 projectos que, tal como vimos no ponto 2., valem 1 571 369 ecu.

Se descontarmos os 22 pré-projectos que valem cerca de 110 000 ecu, os trinta restantes valem cerca de 1 461 369 ecu.

Além disto, as instituições portuguesas participam em 283 projectos donde retiram benefícios substanciais.

Segundo os dados da Comissão, os benefícios totais, proporcionais à presença das instituições portuguesas nos 335 projectos acima referidos, seriam da ordem dos 1 600 000 ecu.

O programa ALFA teria assim apoiado a cooperação das instituições portuguesas com as suas congéneres europeias e latino-americanas com financiamentos de cerca de 320 000 000 de escudos.

4. BALANÇO E PERSPECTIVAS DO PROGRAMA ALFA

4.1. O programa ALFA provocou grandes expectativas nos meios universitários europeus e latino-americanos.

Mesmo quando se percebeu que os recursos financeiros com que o programa foi dotado não poderiam satisfazer a totalidade dessas expectativas, as dinâmicas por ele desencadeadas mantiveram-se, sempre, em níveis muito elevados.

Os resultados que acabamos de analisar sumariamente aí estão para o confirmar.

Com o objectivo de fazer o balanço do funcionamento do programa, a Comissão patrocinou duas avaliações, uma intermédia e outra final, efectuadas por especialistas independentes e promoveu um amplo debate em torno do programa.

As avaliações sublinharam os pontos fortes e os pontos fracos do programa⁽¹⁵⁾.

Por um lado, confirmaram que o programa aumentou a visibilidade da União Europeia e dos Estados-membros na América Latina; criou novas oportunidades de cooperação entre as instituições de ensino superior europeia e latino-americanas; apontou para sinergias potenciais com outros programas de cooperação; apoiou a mobilidade de um número importante de pós-graduados e estudantes a quem foram oferecidas condições de investigação avançada em sectores estratégicos e em contextos culturais distintos; criou e aprofundou vínculos institucionais e pessoais de elevado valor; criou condições para o aumento da mobilidade no futuro; apoiou a troca de experiências no domínio da cooperação institucional nomeadamente nos campos de gestão académica, das relações internacionais, etc.

Por outro, detectaram deficiências na difusão do programa; indefinições nos critérios de avaliação formal e substantiva dos projectos; baixos níveis de difusão dos resultados das convocatórias; um elevado número de redes aparentemente artificiais; pouca sinergia no seio das redes e entre as redes uma burocracia excessiva e não adaptada aos diferentes tipos de projectos; uma excessiva complexidade das regras de apresentação e execução dos projectos; uma baixa participação das instituições latino-americanas na coordenação dos projectos; uma elevada concentração de coordenações em poucos países europeus, etc.

Em sintonia com a opinião generalizada dos meios universitários europeus e latino-americanos, a avaliação final pronunciou-se a favor da continuação do programa ALFA. E fez numerosas recomendações de entre as quais se destacam as seguintes: dois terços a três quartos do orçamento do programa deveriam ser dedicados à mobilidade de pós-graduados; deveriam privilegiar-se os fluxos de bolseiros da América Latina para a Europa e dentro da

América Latina; deveriam ser mantidas as actividades de cooperação institucional; deveriam ser aceites projectos em domínios científicos diferentes dos da primeira fase do programa (economia e ciências sociais, engenharias, medicina e outras ciências da saúde) desde que cumprissem os requisitos gerais do programa; deveria ser simplificado o processo burocrático do programa; os critérios de selecção dos projectos deveriam ser mais transparentes.

A culminar o amplo debate em torno do programa, iniciado pouco depois do termo da sétima candidatura e onde participaram numerosos especialistas europeus e latino-americanos, decorreu em Coimbra, em 25 e 26 de Junho de 1998, um seminário internacional sobre o programa ALFA onde estiveram presentes representantes de todos os países abrangidos pelo programa, cujas análises, conclusões e recomendações coincidem, no essencial, com as análises, conclusões e recomendações contidas nas avaliações.

4.2. A versão mais recente do Guia do Candidato à segunda fase do programa ALFA, incorpora grande número de recomendações surgidas no decurso das avaliações e dos debates. Nomeadamente, adopta sugestões que garantem que o processo administrativo do programa será simplificado, tanto quanto o permitirem os procedimentos burocráticos da Comissão, tradicionalmente pesados e lentos.

Espera-se que não venha a ser consagrada uma proposta, feita no âmbito da avaliação final, de uma maior concentração de recursos nas actividades de mobilidade de pós-graduados que, associada à eliminação das actividades de concepção de projectos de investigação e à subalternização das actividades de relacionamento entre as universidades e as empresas, poderia conduzir o programa ALFA a uma excessiva especialização, transformando-o num programa de bolsas.

A ser assim, o programa ALFA afastar-se-ia da sua concepção original, que valorizava sinergias entre a educação superior, a aprendizagem permanente, a investigação científica e tecnológica e as relações entre as universidades e as empresas⁽¹⁶⁾.

E passaria a ser, menos um programa da família da cooperação económica de interesse mútuo, e mais um programa da família da ajuda pública ao desenvolvimento, simplesmente vocacionado para apoiar a formação de redes de instituições de ensino superior com diferentes níveis de capacidade e desempenho, na esperança de que, através da mobilidade de pós-graduados e estudantes, as instituições mais fracas beneficiassem do convívio com as instituições mais fortes.

Não subsistem dúvidas de que o convívio de instituições fracas com instituições fortes pode ser benéfico, sobretudo para as primeiras. Mas, na ausência de outros instrumentos que promovam a investigação científica e tecnológica, que apoiem a participação das empresas nas redes, e que, de um modo geral, estimulem a cooperação económica orientada para o desenvolvimento, a ino-

vação e a competitividade, o simples convívio entre instituições reduzido à mobilidade de pós-graduados e estudantes, pode contribuir mais para o aprofundamento das diferenças e das dependências já existentes, do que para a emancipação e valorização das instituições mais fracas. E esse não era, seguramente, o sentido da concepção original do programa ALFA.

Lisboa, 31/12/98

Quadro 2.1:
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES, POR PAÍSES,
NO TOTAL DAS SETE CONVOCATÓRIAS

Países Europeus	Número de instituições		Países latino-americanos	Número de instituições	
	Apresentados	Aprovados		Apresentados	Aprovados
Alemanha	102	70	Argentina	61	49
Áustria	13	11	Bolívia	17	11
Bélgica	42	30	Brasil	108	82
Dinamarca	17	13	Chile	53	36
Espanha	68	55	Colômbia	50	32
Finlândia	20	14	Costa Rica	12	8
França	176	122	Cuba	23	18
Grécia	18	13	Equador	21	13
Holanda	35	26	El Salvador	9	4
Irlanda	8	7	Guatemala	5	4
Itália	62	49	Honduras	6	4
Luxemburgo	2	1	México	75	53
Portugal	46	30	Nicarágua	9	6
Reino Unido	94	72	Panamá	6	4
Suécia	24	17	Paraguai	7	5
			Peru	34	25
			Uruguai	4	4
			Venezuela	20	15
Total	727	530	Total	520	373

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Quadro 2.2:
NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES, POR PAÍSES,
NO TOTAL DAS SETE CONVOCATÓRIAS

Países Europeus	Número de Participações		Países latino-americanos	Número de Participações	
	Apresentadas	Aprovadas		Apresentadas	Aprovadas
Alemanha	854	210	Argentina	1.939	544
Áustria	172	51	Bolívia	308	79
Bélgica	802	226	Brasil	2030	572
Dinamarca	127	39	Chile	1382	405
Espanha	3167	850	Colômbia	935	260
Finlândia	196	61	Costa Rica	399	98
França	1639	431	Cuba	471	128
Grécia	164	61	Equador	330	86
Holanda	540	137	El Salvador	104	21
Irlanda	100	41	Guatemala	108	22
Itália	1306	378	Honduras	75	14
Luxemburgo	3	2	México	1283	354
Portugal	1162	335	Nicarágua	215	48
Reino Unido	1194	367	Panamá	91	22
Suécia	315	94	Paraguai	150	28
			Peru	594	136
			Uruguai	484	116
			Venezuela	606	161
Total	11741	3283		11504	3094

Fonte: CE/DGIB - América Latina.

Quadro 2.3:
NÚMERO DE PROJECTOS ONDE FIGURAM INSTITUIÇÕES
DE CADA PAÍS, NO TOTAL DAS SETE CONVOCATÓRIAS

Países Europeus	Número de Projectos		Países latino-americanos	Número de Projectos	
	Apresentados	Aprovados		Apresentados	Aprovados
Alemanha	771	195	Argentina	1443	432
Áustria	167	45	Bolívia	300	77
Bélgica	733	207	Brasil	1424	437
Dinamarca	132	42	Chile	1128	334
Espanha	2329	672	Colômbia	798	229
Finlândia	197	59	Costa Rica	362	90
França	1412	387	Cuba	446	120
Grécia	158	62	Equador	312	85
Holanda	517	134	El Salvador	106	20
Irlanda	105	42	Guatemala	100	22
Itália	1086	326	Honduras	69	14
Luxemburgo	5	2	México	1086	320
Portugal	1094	320	Nicarágua	196	42
Reino Unido	1073	335	Panamá	90	21
Suécia	298	90	Paraguai	165	29
			Peru	534	125
			Uruguai	476	119
			Venezuela	523	151

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Quadro 2.4:
NÚMERO DE COORDENAÇÕES DE REDES, POR PAÍSES,
NO TOTAL DAS SETE CONVOCATÓRIAS

Países Europeus	Número de Coordenações		Países latino-americanos	Número de Coordenações	
	Apresentadas	Aprovadas		Apresentadas	Aprovadas
Alemanha	118	40	Argentina	123	28
Áustria	25	10	Bolívia	14	1
Bélgica	121	37	Brasil	83	19
Dinamarca	8	2	Chile	71	28
Espanha	942	253	Colômbia	31	5
Finlândia	49	19	Costa Rica	53	13
França	282	85	Cuba	5	2
Grécia	19	4	Equador	17	4
Holanda	98	27	El Salvador	8	2
Irlanda	5	0	Guatemala	7	2
Itália	261	81	Honduras	2	0
Luxemburgo	0	0	México	133	27
Portugal	155	52	Nicarágua	12	2
Reino Unido	172	70	Panamá	13	1
Suécia	36	12	Paraguai	0	0
			Peru	17	4
			Uruguai	10	4
			Venezuela	27	8
Totais	2 291	692	Totais	626	150

Fonte: CE/DGIB – América Latina

Quadro 3.1:
NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS EM PROJECTOS ALFA, NO TOTAL DAS SETE CONVOCATÓRIAS, POR TIPOS E SITUAÇÃO DOS PROJECTOS

Tipos de projectos	Totais			Não aprovados			Aprovados		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
A1	293	256	37	225	199	26	68	57	11
A2	90	77	13	63	53	10	27	24	3
B1	342	300	42	241	213	28	101	87	14
B2	330	281	49	244	212	32	86	69	17
B3	96	85	11	50	44	6	46	41	5
B4	11	8	3	4	3	1	7	5	2
Totais	1.162	1.007	155	827	724	103	335	283	52

(1) Número total de participações = (2) Número de participações simples + (3) Número de coordenações.

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Quadro 3.2:
PROJECTOS COORDENADOS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS, POR TIPOS DE ACTIVIDADES

Actividades	Índice de referência para o Quadro 3.4	Projectos
Melhoria de serviços de apoio à docência e à investigação	(1)	1
Reestruturação das instituições de ensino superior	(2)	6
Reconhecimento académico de graus, títulos e diplomas	(3)	0
Melhoria, adaptação e harmonização de <i>currícula</i>	(4)	3
Inovação e sistematização do ensino	(5)	0
Avaliação institucional	(6)	1
Colaboração entre instituições do ensino superior e empresas	(7)	3
Engenharias	(8)	13
Medicina e outras ciências da saúde	(9)	0
Ciências Económicas e sociais	(10)	25
Total		52

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Quadro 3.3:
PARTICIPAÇÕES SIMPLES E COORDENAÇÕES A CARGO
DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS
NO CONJUNTO DOS PROJECTOS APROVADOS

Instituições	Participações simples	Coordenações
Escola Superior de Enfermagem de Vila Real	2	
Instituto Nacional de Formação Turística	1	
Instituto Politécnico de Bragança	3	
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	1	
Instituto Politécnico de Viseu	1	
Instituto Politécnico do Porto	1	2
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	8	3
Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa		1
Instituto Superior de Serviço Social do Porto	1	
Instituto Superior de Comunicação Empresarial	2	
ISMAG – Instituto Superior de Matemática e Gestão	1	
Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra	2	
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	2	
Universidade Católica Portuguesa	4	
Universidade da Beira Interior	4	
Universidade da Madeira	1	
Universidade de Aveiro	16	3
Universidade de Coimbra	44	7
Universidade de Évora	3	
Universidade de Lisboa	30	3
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	10	
Universidade do Algarve	10	1
Universidade do Minho	18	7
Universidade do Porto	36	14
Universidade Fernando Pessoa	4	
Universidade Lusfada	2	
Universidade Moderna	1	
Universidade Nova de Lisboa	23	4
Universidade Portucalense Infante D. Henrique		3
Universidade Técnica de Lisboa	52	4
Totais	283	52

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

Quadro 3.4:
PROJECTOS COORDENADOS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS,
POR INSTITUIÇÕES, TIPOS DE PROJECTOS E ACTIVIDADES

	PP A1	P A1	PP A2	P A2	PP B1	P B1	PP B2	P B2	P B3	P B4	Total
Instituto Politécnico do Porto	1*(2)	1*(2)									2
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa				1*(7)				2*(10)			3
Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa					1*(10)						1
Universidade de Aveiro	2*(2)						1*(10)				3
Universidade de Coimbra					1*(8)		2*(10)	3*(10)		1*(8)	7
Universidade de Lisboa						1*(10)		1*(10)	1*(10)		3
Universidade do Algarve							1*(8)				1
Universidade do Minho	{ 1*(2) 1*(4)		1*(7)		1*(8)	1*(8)	2*(8)				7
Universidade do Porto		{ 1*(2) 1*(4)		1*(7)	{ 1*(8) 2*(10)	1*(10)	1*(10)	2*(8)		{ 2*(8) 2*(10)	14
Universidade Nova de Lisboa					1*(10)	1*(10)		{ 1*(8) 1*(10)			4
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	1*(1)					1*(10)				1*(10)	3
Universidade Técnica de Lisboa		{ 1*(4) 1*(6)			1*(10)	1*(10)					4

N.B. Entre parêntesis figuram os índices de referência das actividades expostos no Quadro 3.2.

Fonte: CE/DGIB – América Latina.

NOTAS

- (1) Uma versão ligeiramente diferente deste ponto foi publicada como introdução ao documento *Compendium ALFA - I*, DGIB - BAT/CEEETA, Bruxelas, 1998.
- (2) CE/DGIB - América Latina, *ALFA - Resultados*, Junho, 1998, p. 1.
- (3) O programa ALFA é dinamizado por redes de instituições de ensino superior europeias e latino-americanas que devem ser compostas por instituições de, pelo menos, 3 países europeus e de 2 países latino-americanos.
- (4) Cf. (...) *ALFA - Resultados* (...), p. 1.
- (5) *Id.*
- (6) *Id. Ib.*, p. 2. As actividades do subprograma B concediam prioridade a projectos nos domínios da economia e das ciências sociais, das engenharias e da medicina e outras ciências da saúde.
- (7) *Id. Ib.*, p. 2.
- (8) Estes números são ligeiramente diferentes dos que são referidos em *ALFA, Resultados* (...), Junho, 1998, p. 3. Nesta publicação aludia-se à actividade de 1215 instituições distintas, 704 das quais eram europeias e 511 latino-americanas. A diferença deve-se a uma operação recente de actualização da base de dados do programa que incluiu a consideração de mais quatro projectos apoiados posteriormente.
- (9) A quebra da média de participações é justificada, em grande medida, pelo facto de grande número dos projectos não aprovados serem apresentados por redes de grandes dimensões, absolutamente contrárias aos objectivos do programa.
- (10) Na segunda fase do ALFA as redes mínimas têm um formato 3x3.
- (11) Convém recordar que as redes são agrupamentos de instituições de ensino superior e de instituições associadas que, na primeira fase do programa ALFA, deviam ser constituídas por instituições de, pelo menos, três países europeus e de dois países europeus (3x2). Uma listagem completa das redes participantes encontra-se em *CE/DEIB-ALFA Redes*, Junho de 1998.
- (12) Dos 2076 projectos não aprovados, 806 não foram aprovados por razões formais (redes malformadas, formulários mal preenchidos,...) e 1270 não foram aprovados por razões substantivas (não adequação dos projectos aos objectivos do programa, actividades não previstas no programa...).
- (13) Os 129 projectos de mobilidade de pós-graduados (PB3) aprovados, apoiam 1650 bolseiros, que beneficiam de 21 087 meses de subsídios. Os 28 projectos de mobilidade de estudantes (PB4), aprovados, apoiam 378 bolseiros que beneficiam de 2819 meses de subsídios (Cf. CE/DGIB, *ALFA Resultados* (...), p. 6.
- (14) Convém notar que, atendendo a que cada projecto só tem uma coordenação, o número de coordenações é igual ao número de projectos.
- (15) Cf. *First external evaluation report*, Brussels, March, 1997, e *Second external evaluation report* Brussels, June, 1998.

- (16) Sobre o tema das sinergias entre educação superior, aprendizagem permanente, investigação científica e tecnológica e as relações entre as universidades e as empresas, veja-se Tilak Viegas, «*University and economic cooperation between the EU and Latin America: a few ideas for the future*», uma comunicação apresentada ao Seminário do programa ALFA, Coimbra, Junho, 1998.